

Transição energética é foco de plano estratégico no Porto

Integrante do Pacto Global da ONU, Autoridade Portuária aderiu ao Grupo de Trabalho de Negócios Oceânicos

BÁRBARA FARIAS
DA REDAÇÃO

Integrante do Grupo de Trabalho de Negócios Oceânicos do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil, a Autoridade Portuária de Santos (APS) incluiu a transição energética em seu plano estratégico e a primeira política adotada é a oferta de descontos em tarifas para navios menos poluentes. Gestora do Porto de Santos, o maior do País, a APS é uma das 30 empresas brasileiras que aderiram ao grupo, criado há duas semanas pelo Instituto Rede Brasil da ONU.

A APS já integra o Rede Brasil desde 2021. Em nota, o presidente da Autoridade Portuária, Anderson Pomini, afirma que tão importante como a eficiência das operações é a preservação ambiental.

“É importante que nós tenhamos boas operações portuárias, mas é importante também que possamos lidar com a preservação do meio ambiente, para que as pessoas possam usufruir. Estamos em outro patamar de humanidade, em que precisamos implementar essas diretrizes. A APS atua para trazer centralidade ao tema de transição energética, passando a incluí-la no seu plano estratégico”.

A estatal avalia a elaboração de projetos voltados a uma agenda ESG (sigla em inglês que engloba os conceitos ambiental, social e governança). “Projetos em nível executivo deverão passar por um processo cuidadoso envolvendo o levantamento e o estudo integrado de soluções aplicáveis e viáveis ao Brasil, incluindo o



Principal porto brasileiro, Santos volta sua atenção à questão ambiental com adesão a grupo de trabalho e pretende adotar desconto tarifário

hidrogênio verde, e deverão envolver diversos atores públicos e privados. Atualmente, como forma de mitigar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e de estimular boas práticas de sustentabilidade, a APS elaborou uma política de descontos para navios menos poluentes”.

A tabela que estabelece descontos em tarifas de até

12% para embarcações verdes, para fomentar a sustentabilidade, ainda está sob análise da Autoridade Portuária de Santos. A mesma tabela também prevê abatimentos gradativos de até 65% conforme o número de escalas de um mesmo navio de longo curso ou de cabotagem. A política de desconto tarifário para o Porto de Santos foi anunciada

pelo ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, em junho.

HUB CORPORATIVO

O grupo de trabalho do Rede Brasil da ONU é o primeiro hub corporativo do País e tem por objetivo mapear cenários nacionais e internacionais sobre transição energética e descarbonização dos setores marítimo e por-

tuário e endereçar as oportunidades e desafios para o País. O trabalho faz parte da agenda da Ocean Stewardship Coalition, conduzida pelo time de oceano do Pacto Global, baseado na Noruega, e será gerenciado pelo Rede Brasil.

Segundo a ONU, o setor de transporte marítimo representa cerca de 80% do volume do comércio global e

POSTURA



“É importante que nós tenhamos boas operações portuárias, mas é importante também que possamos lidar com a preservação do meio ambiente, para que as pessoas possam usufruir. Estamos em outro patamar de humanidade, em que precisamos implementar essas diretrizes. A APS atua para trazer centralidade ao tema de transição energética”

Anderson Pomini
Presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS)

é diretamente responsável por aproximadamente 3% das emissões globais de gases de efeito estufa. A ambição da Organização Marítima Internacional (IMO) para 2050 é reduzir as emissões de gases de efeito estufa do setor em pelo menos 50% até 2050 e a intensidade de carbono das emissões em 40% até 2030 e 70% até 2050, em comparação com os níveis de 2008.

Nesse sentido, a Autoridade Portuária reconhece que “é fundamental a existência de uma infraestrutura adequada, adaptada e desenvolvida para que essas metas ambiciosas sejam atingidas, trazendo como benefícios a redução de emissões de GEE, o fomento à inovação sustentável e à geração de empregos e possível economia de custos no futuro, questões que certamente entrarão na pauta de discussão do grupo de trabalho de negócios oceânicos”.